



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE MIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/PF/PB

#### PORTARIA DE DEPORTAÇÃO 009/2026

**CHANG FAN**, Delegado de Polícia Federal, lotado e em exercício na DELEMIG/DREX/SR/PF/PB, no PEP - Shopping Manaíra, João Pessoa/PB, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.445/2017, nos artigos 50 e seguintes, no Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamentou a Lei de Migração, e nas disposições da Instrução Normativa DG/PF 226/2022, de 05 de maio de 2022, alterado pela Instrução Normativa DG/PF nº 301/2025.

#### RESOLVE

Instaurar, nos termos dos art. 50 e seguintes da Lei nº 13.445/2017 e art. 187 e seguintes do Decreto nº 9.199/2017, procedimento administrativo para instruir a DEPORTAÇÃO de **FRED MARTIN PIECKENHAGEN**, nascido em 26/01/1960, nacionalidade alemã, passaporte nº 1541106329, tendo em vista que no presente processo restou demonstrado permanecer no Brasil mesmo após decorrido o prazo estabelecido para regularização de sua situação no país.

#### DETERMINA:

1. Proceder à ativação de alerta no Sistema Operacional de Alertas e Restrições - SONAR "Instaurado Procedimento de Deportação";
2. Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, o deportando e o defensor constituído (caso exista), a apresentar, no prazo de dez dias, defesa técnica escrita;
- 3; Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, a repartição consular do país de origem do imigrante;
4. Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, a Defensoria Pública da União, na ausência de defensor constituído, a apresentar, no prazo de vinte dias defesa técnica escrita;
5. Publicar a portaria no site eletrônico da Polícia Federal;
6. Aguardar a apresentação das defesas ou decurso dos prazos.

#### CUMPRA-SE.

**CHANG FAN**  
Delegado de Polícia Federal  
Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/PB



Documento assinado eletronicamente por **CHANG FAN, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 31/03/2026, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=145377217&crc=8AE43D63](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145377217&crc=8AE43D63).  
Código verificador: **145377217** e Código CRC: **8AE43D63**.